



SED- SC

Supervisor Educacional- Especialista Em Assuntos Educacionais

CONHECIMENTOS GERAIS

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Educação)	1
Lei n.º 9394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional	6
Lei complementar n.º 170/98, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação	36
Plano Estadual de Educação de Santa Catarina 2016/2025	54
Base Nacional Comum Curricular (BNCC).....	78
Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense.....	134
Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.....	134
Temas Transversais do Currículo: meio ambiente, direitos humanos, saúde, ética, valores, sustentabilidade, cidadania e habilidades socioemocionais	134
Organização e Regulação da Educação Básica Brasileira e Catarinense.....	135
Integração Curricular	136
Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade.....	136
Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) – estratégias e recursos pedagógicos diversificados. Uso de TICs na Educação	137
Ensino Híbrido	138
Plataformas e Ferramentas Educacionais.....	139
Recursos Educacionais Abertos (REA).....	141
Princípios da Administração Pública	142
Aspectos históricos, culturais, geográficos, sociais, políticos e econômicos do mundo, Brasil e Santa Catarina.....	143
Desenvolvimento Urbano Brasileiro	232
Cultura e Sociedade Brasileira	267
Inovações científicas contemporâneas e seus impactos na sociedade	273
Relações Humanas no Trabalho	273
Ética Profissional no Serviço Público	278
Questões	279
Gabarito.....	285

SUMÁRIO



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Fundamentos da supervisão escolar.....	1
Planejamento e avaliação curricular.....	3
Coordenação e desenvolvimento de equipes	4
Gestão da informação e documentação escolar	12
Instrumentos de avaliação institucional.....	22
Estratégias de melhoria da qualidade educacional	23
Alimentação escolar e bem-estar: gestão da merenda escolar	35
Saúde e bem-estar	42
Análise e seleção de material didático	44
Teorias e práticas de supervisão escolar	52
Princípios éticos e legais na supervisão escolar.....	55
Supervisão como suporte ao desenvolvimento profissional docente.....	55
Metodologias de planejamento curricular.....	64
Avaliação contínua e formativa do currículo.....	73
Ferramentas para replanejamento curricular baseado em avaliações	73
Técnicas de liderança e gestão de equipes educacionais	84
Desenvolvimento de habilidades de comunicação e cooperação.....	92
Gestão de conflitos e mediação no ambiente escolar.....	102
Sistemas de gestão de informação educacional	103
Organização e arquivamento de documentos escolares	113
Tecnologias para a digitalização e proteção de dados.....	121
Análise e interpretação de dados de avaliação.....	130
Planejamento de ações de melhoria com base em avaliações institucionais	139
Técnicas e ferramentas para diagnóstico da situação pedagógica	150
Análise de contextos socioeconômicos e culturais dos alunos	160
Desenvolvimento de relatórios diagnósticos para planejamento educacional	167
Técnicas de facilitação de reuniões pedagógicas e grupos de estudo	176
Integração vertical e horizontal dos conteúdos curriculares.....	186
Abordagem interdisciplinar no ensino	193
Desenvolvimento de materiais didáticos alternativos.....	194
Avaliação da coerência dos materiais com as concepções pedagógicas da escola	202
Avaliação e acompanhamento do impacto das ações pedagógicas nos alunos	210
Conhecimentos pertinentes à área de atuação.....	220
Questões	222
Gabarito.....	228

SUMÁRIO

**CAPÍTULO III****DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO****SEÇÃO I****DA EDUCAÇÃO**

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
- IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;



Conhecimentos Específicos

A supervisão escolar é uma função essencial dentro do sistema educacional, desempenhando um papel crucial na garantia da qualidade da educação e na promoção do desenvolvimento profissional dos professores. Esta função tem como objetivo melhorar a prática pedagógica, facilitar a aprendizagem dos alunos e contribuir para a gestão eficaz da escola.

A supervisão escolar envolve uma variedade de atividades, incluindo a observação das práticas de ensino, a orientação e o apoio aos professores, a avaliação do desempenho docente e a implementação de estratégias para a melhoria contínua da educação. No entanto, a supervisão escolar vai além dessas funções operacionais e técnicas, pois envolve também questões éticas, políticas e sociais.

A supervisão escolar, portanto, não é apenas um meio para controlar e fiscalizar o trabalho dos professores, mas é uma prática que visa fomentar a inovação pedagógica, promover a aprendizagem colaborativa e construir uma cultura escolar focada na aprendizagem e na melhoria contínua. Nesse sentido, a supervisão escolar é uma dimensão vital do sistema educacional, que tem o potencial de transformar a educação e contribuir para a formação de cidadãos críticos, conscientes e responsáveis.

— Conceito de Supervisão Escolar

A Supervisão Escolar é um campo de atuação dentro da educação que tem como principal objetivo orientar e acompanhar o processo educativo com o intuito de assegurar a qualidade do ensino oferecido aos alunos. Ela se configura como uma atividade de mediação, articulação e liderança que propõe estratégias de melhoria para a prática pedagógica.

Distingue-se de outros cargos dentro do ambiente escolar. Enquanto a administração escolar foca na gestão dos recursos físicos e humanos da instituição de ensino, e a orientação educacional se dedica mais diretamente aos aspectos individuais e coletivos dos estudantes e suas relações com o ambiente de aprendizado, a supervisão escolar se concentra na orientação e apoio ao processo pedagógico.

Um supervisor escolar, portanto, trabalha diretamente com professores para ajudá-los a planejar, implementar e avaliar estratégias de ensino e aprendizagem eficazes. Seu papel é multifacetado, incluindo a realização de observações de sala de aula, a condução de discussões pedagógicas, a análise de dados sobre o desempenho dos alunos e a formação continuada de professores.

Em suma, a supervisão escolar é uma atividade complexa e desafiadora que requer habilidades de liderança, conhecimento pedagógico profundo, capacidade de trabalhar em equipe e compromisso com a melhoria contínua da educação.

— Histórico da Supervisão Escolar

A supervisão escolar, como conhecemos hoje, é o resultado de um longo processo histórico que reflete as mudanças na sociedade e na educação. Desde o início do século XX, a supervisão escolar tem evoluído de uma prática focada na inspeção e no controle para uma abordagem mais colaborativa e orientada para o desenvolvimento profissional dos professores.

Inicialmente, a supervisão escolar tinha como principal função garantir a conformidade com as normas e os regulamentos educacionais, atuando como um meio de controle do Estado sobre a educação. Os supervisores escolares eram principalmente inspetores que fiscalizavam o cumprimento das políticas educacionais e garantiam que os professores seguissem os currículos e os métodos de ensino prescritos.

No entanto, ao longo do século XX, a concepção de supervisão escolar começou a mudar. Influenciadas pelas teorias progressistas de educação e pelas pesquisas sobre o ensino e a aprendizagem, as práticas de supervisão escolar passaram a se focar mais no apoio ao desenvolvimento profissional dos professores e na melhoria da prática pedagógica.

Hoje, a supervisão escolar é vista como uma atividade complexa que envolve a liderança pedagógica, a formação contínua dos professores, a melhoria da qualidade da educação e a promoção da equidade e da inclusão na escola. Apesar dos desafios, a supervisão escolar continua a ser uma prática essencial para o desenvolvimento da educação e para a garantia do direito à educação de qualidade para todos.